

45 DIAS NA SOLITÁRIA POR SER HOMOSSEXUAL: HOMOFOBIA E ESTADO DE EXCEÇÃO NA PRISÃO POLÍTICA DE AGUINALDO SILVA.

45 DAYS IN SOLITARY FOR BEING HOMOSEXUAL: HOMOPHOBIA AND THE STATE OF EXCEPTION IN AGUINALDO SILVA'S POLITICAL IMPRISONMENT.

Tiago Calazans Simões (Uesc)¹
Valéria Amim (Uesc)²

¹ Doutorando em linguagens e representações pela (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: tiagocalazanssimoes@gmail.com.

² Doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. Email: vamim@uesc.br.

RESUMO:

Analisamos o capítulo “Pausa para a história com H”, presente no romance *Lábios que beijei* (1992), de Aguinaldo Silva, focalizando as imagens projetadas pela escrita literária do autor ao relatar sua prisão (entendida como sequestro político) durante a ditadura militar, em 1969. Nesse episódio, Silva permaneceu desaparecido por 70 dias, detido na Base dos Fuzileiros Navais de Ilha das Flores (BFNIF), em São Gonçalo-RJ. Partimos da premissa de que o cânone literário, em suas escolhas, é politicamente orientado e, portanto, excludente em relação a obras que abordem a temática homoerótica (Fernandes; Schneider, 2017). Propomos, assim, viabilizar o resgate estético, histórico e político tanto do texto quanto da figura do autor. No contexto da obra analisada, ressaltamos o papel de Aguinaldo Silva como jornalista e escritor engajado, que denunciou a perseguição às pessoas LGBT durante o regime militar (Quinalha, 2017). Na escrita transgressora de Silva, identificamos a presença de uma política *queer* (Louro, 2018), que constrói representações autoaffirmativas do homem gay afeminado e desafia a imagem da “bicha” frágil imposta pela masculinidade normativa. A análise aqui desenvolvida contribui para a ampliação dos quadros de referência sobre as pluralidades das subjetividades masculinas na literatura brasileira.

Palavras-Chave: Literatura marginal. Ditadura militar brasileira (1964-88). Masculinidades, história e memória LGBT.

ABSTRACT:

This article analyzes the chapter “Pausa para a história com H” from Aguinaldo Silva’s novel *Lábios que beijei* (1992), focusing on the images evoked by the author’s literary narrative of his imprisonment (understood as political kidnapping) during the military dictatorship in 1969. In this episode, Silva was missing for 70 days while detained at the Ilha das Flores Naval Base (BFNIF) in São Gonçalo, Rio de Janeiro. We begin from the premise that the literary canon, in its selections, is politically oriented and, therefore, excludes works addressing homoerotic themes (Fernandes; Schneider, 2017). Our aim is to enable the aesthetic, historical, and political recovery of both the text and the figure of the author. In the context of the work analyzed, we highlight Aguinaldo Silva’s role as an engaged journalist and writer who denounced the persecution of LGBT people during the military regime (Quinalha, 2017). We identify in Silva’s transgressive writing the presence of a queer politics (Louro, 2018) that constructs self-affirmative representations of the effeminate gay man while challenging the image of the fragile “bicha” imposed by normative

masculinity. This analysis contributes to expanding the frames of reference regarding the plurality of male subjectivities in Brazilian literature.

Keywords: Marginal literature. Brazilian dictatorship (1964-88). Masculinities, LGBT history and memory.

“Apesar da pouca idade, o aluno em questão já revela, nos gestos e trejeitos, visíveis tendências sodomitas” - Padre Rocha

Trecho do texto *Bendita esquisitice* (2018) presente no blog pessoal do autor.

Censura e Invisibilidade: A Política Sexual e Literária durante o Regime Militar

Por meio de uma crítica cultural atenta aos estudos de gênero e sexualidade, buscamos realizar uma breve incursão biográfica sobre Aguinaldo Silva, analisando-o como escritor-personagem no livro *Lábios que beijei: o romance da Lapa* (1992), mais especificamente, no capítulo “Pausa para a história com H”. Analisamos o contexto da sua prisão homofóbica e ilegal (ou seja, o sequestro político) quando ele era um expressivo jornalista e ativista político que atuava na defesa dos direitos de minorias, mais especificamente da população homossexual (nomenclatura usada à época). Dentre outros aspectos que destacam seu papel de ativista, ressaltamos sua atuação como jornalista investigativo na imprensa alternativa do período em recorte, com destaque para sua intensa colaboração no jornal *O Lampião da Esquina* (1978-1981), do qual foi um dos editores mais ativos.

A escrita transgressora de Aguinaldo Silva torna-se relevante por apresentar a invisibilidade, a intolerância, a exclusão e a violência que pessoas LGBT experienciaram

cotidianamente na sociedade narrada quanto o papel “marginal” que sua escrita ocupa nos cânones literários. Ao estudarem manuais de análise literária brasileiros, Fernandes e Schneider (2017) constataram o silenciamento de obras com temas e personagens LGBT: “É comum não encontrarmos menção a obras de temática homoerótica em compêndios mais tradicionais ou, quando a obra é mencionada, há suplantação desse tema.” (Fernandes; Schneider, 2017, p. 51). Ao contribuírem para a crítica desse aspecto excludente e omissivo, os autores propõem rasurar uma ontologia de gênero normativa que foi consolidada no horizonte da crítica literária brasileira, denunciando-a:

É importante perceber que a omissão de obras de temática homoerótica e das personagens travestis confirma, no cânone da literatura brasileira, a observação de Crystófol Y Sel (2008) de que a censura é característica da constituição dos cânones literários; censura essa que se configura não só pela omissão, mas pelos comentários negativos em torno da literatura homoerótica (Fernandes; Schneider 2017, p. 52)

Dessa forma, tendo em vista que “a simples divulgação do tema da homossexualidade de forma não medicalizada poderia ter sua circulação proibida” (Lopes, 2015, p. 282), deduz-se que os autores que abordaram temas considerados tabu pela política moral do regime militar sofreram perseguições dos aparatos estatais. Além disso, foram impedidos de entrar no “estabelecimento” arbitrário do cânone literário, que, circunscrito à moral dos acadêmicos de literatura da época, negligenciou ou marcou negativamente essas questões. Muitos autores, como Cassandra Rios, foram alvo de perseguições jurídicas impostas pela censura; o mesmo ocorreu com o livro *Dez histórias*

imorais (1967), de Aguinaldo Silva, censurado dez anos após sua publicação, numa clara retaliação às suas ações enquanto jornalista e ativista no Lampião da Esquina, que também enfrentou forte perseguição censória.

No capítulo “Controle e cura: reações médico-legais” do estudo *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, Green (2019) avalia que a tradição médico-legal brasileira não apenas consolidou a ideia de que a homossexualidade é uma doença, mas também a associou à criminalidade e à imoralidade. Essa análise destaca a relevância deste estudo para a reparação histórica da memória da população LGBT, incentivando a crítica a explorar um campo antes negligenciado.

Visando desconstruir os mitos morais e médico-legais sobre pessoas LGBT, recortamos representações literárias em que sujeitos considerados “fora da norma” possam se identificar com histórias e narrativas semelhantes às suas, nas quais se vejam como pessoas humanas e cidadãs. Esse movimento crítico está alinhado às demandas dos movimentos sociais LGBT, pois reforça a necessidade de representações coletivas que promovam a autoafirmação. Ao rasurarem e ressignificarem construções culturais depreciativas impostas por uma sociedade machista e homofóbica, esses sujeitos passam a se perceber de forma positiva.

Conforme os estudos de Quinalha (2017) em *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*, durante o regime militar, o acesso a uma diversidade de orientações sexuais e de gêneros foi interditado pela “política sexual” da moral vigente, instrumentalizada pelo

Estado por meio da censura, perseguição política e controle dos discursos no universo cultural e midiático. Devido à falta de interesse ou ao tabu e à demonização do tema na época, “é difícil entender o significado e os efeitos da censura nas vidas de jovens gays e lésbicas, que viviam a experiência política de uma ditadura e que, pessoalmente, estavam descobrindo a sua sexualidade” (CNV, 2016, p. 306). Retomar essas questões visa garantir uma compreensão honesta de um passado de violências e privação de direitos, promovendo, no presente, uma mudança que assegure um futuro diferente para essas pessoas. Assim, literatura e história convergem para iluminar esse passado recente e complexo.

Os autores Fernandes e Schneider (2017) propõem uma alternativa ao silenciamento e à estigmatização que afetaram esses escritores: a responsabilização da crítica especializada, que deve ter o “papel de resgatar, discutir e tornar visíveis aquelas narrativas específicas que problematizem questões de minorias culturais, étnicas e sociais, como tem ocorrido com a literatura feminina, com a literatura negra e com a literatura homoerótica” (Fernandes; Schneider, 2017, p. 53). Seguindo essa abordagem, buscamos resgatar, discutir e tornar visível aspectos da Literatura de Aguinaldo Silva, autor homossexual e ativista no recorte em questão.

A prisão durante o regime militar: Política, resistência e afeto

A prisão política e ilegal do escritor ocorreu após a promulgação do AI-5, que conferiu às autoridades militares e policiais o poder de apreender livros e punir aqueles envolvidos

em sua publicação e distribuição. Naquele período, o autor havia escrito o prefácio do Diário de Che Guevara, intitulado “A guerrilha não acabou”. Esse ato suscitou a suspeita das autoridades militares, que, após receberem uma denúncia anônima, localizaram os livros armazenados pelo editor Victor Alegria em um armazém.

Esses eventos ocorreram enquanto ele trabalhava na redação de *O Globo*, em “pleno processo de se estabelecer” (Silva, 1992, p. 92). Ele foi surpreendido por homens que invadiram seu quarto e vasculharam o local. Ao chegar em casa, a única coisa que encontrou fora do lugar foi uma foto sua: “nu de corpo inteiro, que eu guardava dentro de um livro e fora colocada bem à vista, sobre a máquina de escrever” (Silva, 1992, pp. 92-93). Isso configura uma clara tentativa dos agentes do regime militar de constrangê-lo moralmente antes de sequestrar-lo, o que caracteriza a prisão ilegal ocorrida durante o regime de exceção.

Na debochada e “bem humorada” descrição do “comandante Sarmento”, um caricato militar que enquanto inquiria o narrador, atirava furiosamente dardos num enorme pôster de Mao-Tsé-Tung, então líder da República Popular da China, figura de inspiração para alguns movimentos de guerrilha armada no Brasil. Segundo o narrador, ele seria parecido com Peter Sellers no filme Dr. Fantástico, o que levou-o a ter que segurar o riso, numa clara comparação entre o excêntrico general personagem do filme – que acreditando que a União Soviética pretende dominar o mundo, dá ordens para o bombardeio da Rússia – e o comportamento exagerado da personagem que inquire o narrador:

O comandante Sarmento se parecia com o ator Peter Sellers no filme “Dr. Fantástico”. Isso quase me provocou um acesso de riso, mas graças aos céus me contive a tempo. Porque, como me informaram depois, rir naquele momento, ainda que da minha própria desgraça, me seria fatal. Recebeu-me de pé, diante de um pôster enorme de Mao Tsé-tung colado na parede ao fundo (Silva, 1992, p. 93).

A comparação com o personagem de Peter Sellers ganha destaque quando o narrador é sequestrado e tratado como um “inimigo” de alta periculosidade. Seu prefácio a um livro sobre Che Guevara, elaborado em linguagem conotativa, foi interpretado literalmente pelos militares. Diferentemente dos leitores, seus algozes não captaram a brincadeira com os limites entre ficção e realidade presente no título “A guerrilha não acabou”. Esse título foi “mal compreendido” como uma ameaça real, levando o regime a deter um jornalista sem direito ao princípio de presunção de inocência, apesar de sua falta de vínculos com a esquerda armada. O contexto desse sequestro/prisão abusiva reflete o clima de Estado de exceção e ilegalidade que rondam a cena:

[...] Me comunicou que eu estava preso e seria processado, de acordo com o Ato 5, por ter escrito *esse monte de merda*.

- Mas o livro foi publicado antes do Ato 5
- argumentei – e a punição não pode ser retroativa...

Ao que o comandante, depois de olhar dentro da gaveta e se certificar de que não sobrará nenhum dardo com que pudesse – agora assim me fulminar, respondeu:

Nesse caso você não vai ser processado... mas vai ficar preso, sim!

[...]

– Cuidado, hem? Não vá atacar meus fuzileiros... Sua risada ainda ecoava nos meus ouvidos quando entramos no barco que nos levaria ao presídio da ilha das flores (Silva, 1992, p. 94-5)

Nesse clima de humilhação e pânico, o autor é levado para a Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores (BFNIF), uma prisão que “nunca foi oficialmente admitida pelos militares” (Silva, 1992, p. 95). Dos seus 70 dias como “desaparecido”, 45 foram passados na solitária. A Comissão Nacional da Verdade revelou que a base, localizada no município de São Gonçalo (RJ), funcionou como local de tortura para mais de 200 pessoas entre 1969 e 1971. Inserido nesse contexto de ilegalidade e constante ameaça, o autor reflete sobre a violência:

O fato é que a violência, antes de me causar revolta, me faz sempre ficar envergonhado e com pena de quem a pratica. Foi por puro constrangimento que durante 20 anos evitei falar da minha prisão – só escrevi sobre ela uma vez no jornal lampião, de que fui editor (Silva, 1992, p. 95).

Na escrita de Silva, a violência é representada como um ato que sequestra a humanidade daquele que a pratica, um ato constrangedor e inumano que desqualifica o algoz. Seu discurso anti-violência questiona estereótipos de masculinidades hegemônicas, frequentemente encenada através do machismo e seus agentes sociais. Nesse contexto, a violência é plasmada como um aspecto da virilidade, entendida como força e poder, atributos tradicionalmente negados à mulher e ao homem que não exibem a virilidade normativa. No caso do escritor-narrador, essa recusa à violência desafia as normas de gênero, subvertendo a masculinidade dominante.

Apesar de estar ciente de que a sua libertação: “seria dificultada pelo fato de que não havia razão nenhuma para eu estar preso” (Silva, 1992, p. 96), a paixão funciona como

mecanismo de resistência/sobrevivência que leva o escritor-personagem a permanecer preso com a certeza de que algo forte o suficiente lhe conectava com o mundo lá fora. No momento de sua detenção, seu grande amor, o “alemão”, já estava preso em uma prisão comum. Durante seu encarceramento, o narrador se agarrava à ideia de se “livrar daquilo tudo o mais depressa possível para poder continuar cuidando do Alemão [...] sabê-lo desprotegido na prisão, sem notícias minhas, talvez pensando que eu o abandonara, era mais do que eu podia suportar” (Silva, 1992, p. 96). O amor pelo companheiro ganha um caráter poético na narrativa, funcionando como substrato da resistência contra a prisão ilegal. Não são as ideologias políticas que o sustentam no cárcere, mas o amor por outro homem, revelando uma potência de resistência não enquadrada pela virilidade masculina normativa, mas sim uma potência homoerótica política e poética. Essa forma de resistência desafia as lentes críticas tradicionais da época, sendo inesperada tanto pela esquerda política quanto pelos acadêmicos de literatura.

A política *queer* versus a moral tradicional da esquerda

Enquanto postura política de comunidade e abordagem teórica, o *queer* representa uma forma de pensar e ser que não almeja o “centro” nem o toma como referência. Ele desafia as normas regulatórias da sociedade ao assumir o desconforto da ambiguidade, do “entre-lugar” e do indecidível (Louro, 2018). Por ser não-normativa, inovadora e “esquisita”, essa postura acentua o estranhamento e provoca a repulsa daqueles que se autodenominam “normais”. A aparente impossibilidade de enquadramento nesses padrões, leva esses sujeitos a adotarem

uma postura de enfrentamento e choque em oposição à sociedade normativa que os marginaliza. Ao recusarem o ocultamento, as posturas *queer* expõem a hipocrisia das normas de gênero e sexualidade, desafiando diretamente as convenções que as sustentam.

Nesta perspectiva, o narrador-personagem assume o papel de afirmar sua identidade inegociável, manifestando um gesto de autoestima, resistência e enfrentamento. Identifica-se aqui uma política de resistência literária, na qual “se trava uma luta para expressar uma estética, uma ética, um modo de vida que não se quer ‘alternativo’, mas que pretende, simplesmente, existir pública e abertamente, como os demais” (Garcia; Miranda, 2012, p. 9).

Ao retomar a análise dos textos de Aguinaldo Silva no presente, identificamos a presença da postura *queer* em representações de masculinidades indisciplinares. Seguindo as recomendações de Fernandes e Schneider (2017), buscamos promover releituras que valorizem sujeitos e temas LGBT, bem como contribuir para a desconstrução da masculinidade hegemônica. Essa abordagem revisita a literatura de Silva, explorando suas possibilidades filosóficas, históricas, culturais, literárias e políticas que não despertaram o interesse da crítica à época de sua produção.

É possível identificar no texto as marcas de uma escrita que se manifesta com um corpo estranho, bicha (como o narrador se define) e *queer*, imprimindo na narrativa a força de uma corporalidade não normativa. O narrador afeminado é inicialmente transferido para a ala feminina do presídio, sendo removido apenas quando as presas políticas perceberam

que ele não era uma mulher, mas um homossexual: “Você não vai acreditar – é bicha. Talvez porque tenham feito a mesma pergunta indignada aos carcereiros, pouco depois repararam o engano e me transferiram para uma cela da ala masculina, onde ficaria incomunicável por 45 dias” (Silva, 1992, p. 97).

Essas condições de humilhação e vexame se repetem em diferentes momentos da narrativa levando o narrador a perguntar-se: “[...] mas como ficar incomunicável 45 dias por causa de um simples prefácio? Essa pergunta eu também me fiz 45 dias e 45 noites, até chegar à resposta [...]” (Silva, 1992, p. 98). Nessa sequência de indagações, o narrador-personagem chega à conclusão do real motivo de ter ficado preso ilegalmente, sem direito a pedir vistas da sua condição:

[...] estava incomunicável na ilha das flores, e portanto cuidadosamente isolado, não porque fosse autor de um perigoso e subversivo texto, mas porque era homossexual. Na época, além de mim só havia outro preso incomunicável: o líder estudante Jean Marc Von der Weid, considerado de alta periculosidade (Silva, 1992, p. 98).

O fato dele estar encarcerado juntamente com um preso político e líder estudantil, Jean Marc Von der Weid (ex-presidente da UNE), revela o que é afirmado por Quinalha (2017): a perseguição durante o regime militar tinha uma face política e outra moral-sexual. Na mira do regime estavam tanto a esquerda política e demais opositores quanto grupos que pregavam abertamente uma moral divergente da estabelecida pelo discurso político militar. Justamente por isso, Aguinaldo Silva e Jean Marc, apesar das profundas diferenças de caso,

foram considerados ambos presos de alta periculosidade. Um ameaçava a política do regime, enquanto o outro desafiava seus frágeis valores morais.

A representação de masculinidades cisgêneras e heterossexuais normativas não foi apenas adotada e prescrita pelas organizações militares, religiosas e de direita, mas também, com base e argumentação distintas, por grupos e organizações de esquerda. Uma das características marcantes das memórias do encarceramento de Aguinaldo Silva na Ilha das Flores foi a homofobia, o constrangimento e a desqualificação por parte dos colegas de cela contra ele. Nesse aspecto, a ideologia de gênero tradicional era compartilhada tanto pelos algozes quanto pelos opositores:

Como só havia dois chuveiros no pavilhão masculino, todos os dias, às quatro da tarde, depois que os outros prisioneiros já haviam tomado o banho coletivo, dois fuzileiros, devidamente paramentados com suas metralhadoras, escoltavam Jean Marc e a mim para o banho, durante o qual diariamente um deles repetia a mesma piadinha infame: *Vocês podem fazer qualquer coisa aí, debaixo do chuveiro, qualquer coisa. Só não podem falar um com o outro.* Numa das vezes que o fuzileiro repetiu a piada, eu e Jean Marc nos olhamos. Foi então que vi no seu rosto o mesmo sorriso benevolente cujo significado odioso eu já aprendera – queria dizer que pelo menos quanto a mim ele próprio e seu carcereiro tinham a mesma opinião (Silva, 1992, p. 98).

O autor levanta uma questão significativa sobre a moral conservadora da esquerda, uma discussão que foi amplamente abordada no jornal *O Lampião da Esquina*, especialmente no que diz respeito à postura da esquerda em relação à causa

homossexual. A relação problemática da esquerda com as questões LGBT marcou o debate desde o início da tematização da homossexualidade como uma luta política. Apesar de ambas as correntes serem contrárias ao regime militar, a luta homossexual enfrentava dificuldades de apoio entre a esquerda, sendo frequentemente vista como um “desvio de caráter burguês”. Por esse motivo, Aguinaldo Silva, na atuação como editor do *Lampião da Esquina*, criticou “qualquer ligação entre o movimento incipiente e as organizações esquerdistas” (Green, 2019, p. 438), devido às experiências negativas com o Partido Comunista e outros setores da esquerda nos anos 60. A falta de solidariedade e diálogo de grupos progressistas e de esquerda com a “pauta homossexual” resultou em críticas veementes do *Lampião da Esquina* às posturas conservadoras de publicações de oposição ao regime militar, como à chamada imprensa “alternativa”.

Após 45 dias incomunicável numa cela, o narrador foi transferido para uma cela coletiva com comunistas de distintas gerações e organizações, o que ocorreu apenas depois que “todas as combinações alquímicas [fossem] tentadas pelos meus carcereiros” (Silva, 1992, p. 98) em busca de uma cela em que seu “inquietante homossexualismo faria menos efeito” (Silva, 1992, p. 98). A maneira com a qual os militantes presos com o narrador reagiram diante de sua presença e suas “maneiras” andróginas - entre o choque, o desdém e a admiração - ganha uma descrição relevante no capítulo narrado. Podemos perceber o olhar normativo dos “camaradas”, que identificaram no comportamento feminino do narrador, a aptidão para executar tarefas domésticas culturalmente atribuídas às mulheres:

Lembro-me de como os ativistas simplesmente ignoravam a possibilidade de me ver interessado em sua discussão; de como, certa vez, tentaram me convencer com uma lógica inflexível que naquela cela era eu a pessoa mais apropriada para fritar, num fogareiro improvisado com tijolos e jornais velhos, alguns ovos que todos comeriam; e de como, cansado de tanto desdém, despi a farda esportiva [...] e fui até o banheiro metido apenas no sumário biquíni que usava por baixo da roupa quando fui preso (Silva, 1992, p. 100)

Aqui podemos observar que o narrador, cansado de ser ignorado, menosprezado e constrangido pelo olhar machista de seus “companheiros” de cela, recorre - como mecanismo de resistência - a tática do choque, expondo seu corpo afeminado e sua aparência androgina ao “desfilar” para seus colegas de cela: “Enquanto atravessava o longo corredor de celas, pude sentir sobre mim os olhares dos presos, que por um instante deixavam seu velho e adorado Marx de lado para me observar através das grades” (Silva, 1992, p. 100). A estratégia *queer* é elevada à máxima potência, tanto política quanto poética, pelo narrador: essa “personagem estranha, ela de algum modo, escapa ou desliza da ordem e da norma e, por isso, provoca desconforto, curiosidade e fascínio” (Louro, 2018, p. 1119). Sua atitude parece produzir, nos olhares de seus companheiros, medo, desejo e admiração.

Portanto, um dos aspectos da narrativa é o embate entre uma política homossexual, que, pela sua atitude chocante e subversiva, poderia ser vista hoje sob a ótica do *queer*, e uma política tradicional e moralista da esquerda, que é revolucionária em termos sociais, mas conservadora em termos morais e sexuais.

Liberdade e solidariedade contra o abuso de poder

As metáforas de liberdade foram comuns na ficção e nas memórias escritas por exilados e presos políticos durante o regime militar. Na ocasião de sua prisão, sua amiga, “a bicha voadora”, Débora Kar – “com o r arrastado” – envia para o narrador um presente “[...] o mais mimoso de todos os brindes: um passarinho de plástico que, soprado pelo rabo, expelia pelo bico bolinhas de sabão” (Silva, 1992, p. 102). Esse mimo é abundantemente fértil de sentidos: por um lado, a inocência da infância e suas brincadeiras; por outro, o destaque da delicadeza de Débora; e noutra visão, o sentido da liberdade, força política que poderia mover o desejo de superação da condição de pária homossexual representada pelo narrador naquele momento. Porém, ele não pôde ficar com o presente – fato insuficiente para arrancar o episódio de sua memória afetiva – já que, na Ilha das Flores, só se permitia a visita de parentes, motivo pelo qual ele fica sem notícias de seu amado: “Pois era só no Alemão que eu pensava enquanto estive preso. Afinal, embora a minha situação não fosse das melhores, eu pelo menos era a escritora, tinha quem se preocupasse comigo lá fora [...]” (Silva, 1992, p. 102, grifo nosso). Aqui vemos o apreço e a compaixão da narradora para com o estado de abandono do seu amado, que, estando na condição de bandido comum, não tinha qualquer pessoa interessada em zelar por ele fora da prisão.

A preocupação com a solidão marcou o surgimento do ativismo do *Lampião da Esquina* e dos grupos ativistas e intelectuais homossexuais que emergiram nesse contexto, consolidando a ideia de se identificar como minoria homossexual. Esses grupos defenderam a saída pública e coletiva do “armário”

e a mobilização contra os estigmas do gueto simbólico que circundavam a figura do homossexual na imprensa, na cultura e na mídia. Esses valores orientaram o ativismo do grupo, que buscava reconhecer e conectar seus pares, além de estabelecer relações com aliados e simpatizantes da causa, promovendo um maior esclarecimento sobre as questões da comunidade LGBT para o grupo e para a sociedade.

O grupo transcendeu as barreiras da simples tolerância e aceitação ao politizar e historicizar a questão homossexual, atribuindo-lhe um caráter educativo. Para isso, o *Lampião da Esquina* estabeleceu discursivamente a legitimidade da existência homossexual, questionando e ampliando os conceitos de ‘natureza’ e ‘normalidade’. Como um jornal alternativo, buscou esclarecer a população por meio de debates que envolveram disputas ideológicas, avanços e retrocessos. Essa abordagem rompeu barreiras sociais ao promover uma identificação coletiva na ‘fraternidade do estigma’, contribuindo para a consolidação de novos modelos de sociabilidade entre pares. Dessa forma, o grupo apontou caminhos para a luta por dignidade e cidadania plena da comunidade homossexual.

Por isso, buscamos identificar a poética da solidariedade como um valor central na escrita de Aguinaldo Silva, uma vez que, em sua literatura, o rompimento da solidão abre espaço para a construção de vínculos humanos em contextos periféricos e marginais à moral cristã. No universo literário do autor, o gueto deixa de ser apenas um espaço de bandidos e criminosos, e a prisão supera seu papel de mero confinamento de prisioneiros e carcereiros, transformando-se em cenários de humanização. Nesses espaços ficcionais e biográficos, emergem sentimentos

profundos e contraditórios, revelando o que é simples e cotidiano, mas também o que é grandioso e subversivo, em oposição à frieza, ao individualismo e à hipocrisia moralista da elite brasileira. Ao transcender o preconceito, a solidão e o abandono que marcaram a experiência do narrador na prisão, as imagens poéticas de Silva destacam-se por sua força estética e política, como, por exemplo, na noite de Natal:

Começava a anoitecer e o cabo da guarda, por ser uma data especial, permitiu que a porta de minha cela – como as outras – ficasse aberta até certa hora. Estava lá, sentado num banco, olhando uma nesga da baía de Guanabara visível através das árvores e ouvindo pedaços de conversas dos presos nas outras celas, quando um deles, indiferente aos avisos de um dos guardas-fuzileiros – era proibido falar com presos incomunicáveis como eu -, se aproximou e me entregou um pacote: É para você usar nessa noite de natal. Fez meia volta e se foi. Seu nome era Rodrigo Faria Lima. Tratei de abrir o pacote – era preciso que o guarda-fuzileiro examinasse o seu conteúdo – e encontrei a mais luxuriosa e colorida camisa que jamais vestira. Usar aquela camisa, naquela noite, foi o que me aconteceu de mais especial por muito tempo. Tanto me marcou que até hoje, quando a barra pesa, lembro como me senti dentro dela, sabendo pela primeira vez que não estava sozinho na minha cela, que havia outras pessoas, ali e lá fora, e que elas – ainda que cada uma à sua maneira, como Rodrigo Faria Lima – pensavam em mim (SILVA, 1992, p. 103).

A poética solidária de Aguinaldo Silva articula uma suspensão temporária da realidade cotidiana, criando momentos que rompem com as atitudes convencionais e os padrões hierárquicos que estruturam as relações sociais. Um exemplo marcante é o episódio da noite de Natal na prisão, em que

guardas, presos desconhecidos entre si e uma “bicha” *queer* partilham, ainda que brevemente, gestos de sensibilidade e afeto que desestabilizam a rigidez habitual do ambiente prisional. Esse lapso de convivência, pautado pela troca de olhares e pequenas gentilezas, cria um espaço de encontro e humanização que desafia as normas impostas pela disciplina carcerária e pela sociedade heteronormativa. Assim, a poética solidária permite que novas formas de vínculo e resistência se manifestem, evidenciando a potência transformadora dos afetos em de violência e negação de direitos humanos.

A escrita de Aguinaldo Silva coloca a “marginália” no centro da narrativa, conferindo protagonismo a figuras, como a de seu amado, o Alemão, e outros cidadãos tidos como escória pela sociedade. Em contrapartida, os representantes do topo das hierarquias sociais, como o sádico comandante do presídio, são retratados praticando abusos e manifestando personalidades cruéis. Um exemplo disso ocorre no episódio em que, após dias de incomunicabilidade, Silva recebe permissão para o primeiro banho de sol. No entanto, o comandante o suspende, irritado pelo simples fato de prisioneiros e prisioneiras trocarem acenos à distância durante o horário de sol. O narrador observa que esse ato parecia absurdo “até mesmo para quem, como meus companheiros, viveram com intensidade aquela época” (SILVA, 1992, p. 104). O compadecimento dos guardas-fuzileiros, ao abrirem as celas, não foi compartilhado pelo comandante, que não apenas proibiu os acenos, mas como ato de punição, suspendeu o passeio até que ambos desistissem de trocar “cumprimentos”, tidos por ele como “insubordinação” dos detentos.

O regime militar brasileiro baseou-se em dois vetores

de força predominantes: o político e o moral. Na escrita de Aguinaldo Silva, observamos uma reflexão crítica desses vetores por meio de duas linhas de contra discurso: uma política e outra moral. Ao descrever a postura do comandante do presídio, Silva contextualiza seus atos dentro da especificidade do momento político do país, afirmando que havia uma ‘escalada nacional de absurdos que prosseguiria anos afora, e que na ilha das flores se traduziam por atos desse tipo’ (SILVA, 1992, p. 105). Isso evidencia como a narrativa de Silva articula um discurso crítico tanto ao regime militar quanto à moralidade vigente, destacando a corrupção e a arbitrariedade do poder militar e moral na época.

Considerações Finais

Em reação a toda a privação e humilhação sofridas durante os 70 dias de prisão, o escritor protesta, “sem cortar a barba ou o cabelo”, e faz questão de deixar o presídio “parecendo uma assombração” e “muito feio [...] com os pés inchados de tanta inatividade” (Silva, 1992: 105). Para preservar sua postura de resistência, ele impede que seu colega e editor do Diário de Che Guevara, Victor Alegria, peça um corte de cabelo, inclusive ameaçando-o caso não o faça: “assim que a gente atravessar a ponte, eu lhe arranco os colhões a dentadas” (Silva, 1992: 105).

Nesse e em outros trechos abordados, o narrador-personagem demarca seu espaço como “cangaceiro lampiônico”, rasurando e questionando os estereótipos de homossexual frágil automaticamente esperados por sua feminilidade e sua condição de “bicha”, sem abrir mão de sua identidade. Manifestando sua dualidade, a narrativa revela, em certos momentos, um homossexual delicado, sensível e afeminado, facilmente

confundível com uma mulher. Em outros, apresenta o estereótipo de macho nordestino bravo que enfrenta seu fardo, encarando o medo e seus carcereiros de frente, sem demonstrar fragilidade diante dos algozes, destacando uma atitude *queer*.

Essa estética *queer* permeia não apenas o livro *Lábios que beijei* (1992), mas também outras obras que apresentam personagens LGBT e masculinidades que, embora cis-hetero, desviam das expectativas patriarcais. Além disso, essa postura *queer* foi a tônica das edições do *Lampião da Esquina*, levando-nos a concluir sobre a presença de uma estética lampiônica como adjetivo para essa atitude literária na obra em questão. A noção é útil para avaliarmos as representações do comportamento das personagens e narradores aguinaldianos, que, ao enfrentarem o preconceito, buscam saídas e alternativas individuais e coletivas aos guetos e margens nos quais estavam colocados pela sociedade moralista de sua época.

Acreditamos que o narrador-personagem contribui para a construção de um mosaico de masculinidades plurais e flexíveis na literatura brasileira produzida no contexto do regime militar. Ao se opor aos mitos conservadores, ufanistas e integralistas macho-militares, ele desempenha um papel crucial no processo de desconstrução da ficção política da nação, que tenta novamente impor-se no presente. Esse fenômeno consagra a famosa frase de Karl Marx no *Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* (1852): “A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”.

Referências:

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Ditadura e homossexualidades. Relatório da CNV: Volume II – Textos Temáticos.** Texto 7. Brasília: CNV, 2016.
- FERNANDES, C. E. A.; SCHNEIDER, L. **Personagens travestis em narrativas brasileiras do século XX** – Uma leitura sobre corpo e resistência. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.
- GARCIA, P. C.; MIRANDA, O. C. A **Teoria queer como representação da cultura de uma minoria**. In: *III ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA*, 2012. Anais do III EBECULT. Cachoeira: UFBA 2012.
- GREEN, J. N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. 2 ed. São Paulo: Unesp, [2000] 2019.
- LOPES, J. R. de L. Da dissidência à diferença: direitos dos homossexuais no Brasil da ditadura à democracia. In: **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EduFSCar, 2015. p. 273-299.
- LOURO, G. L. **Um Corpo Estranho** – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, kindle 2018 [2004].
- QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). São Paulo: USP, 2017.
- SILVA, A. **Lábios que beijei**. São Paulo: Siciliano, 1992.
- SILVA, A. **Dez histórias imorais**. Rio de Janeiro: Record, 1969.